



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO N° , DE 2023

(Do Sr. PAULO GUEDES)

Requer realização de audiência pública para debater as perspectivas de sustentabilidade econômico-financeira da Infraero, bem como aspectos da 7ª rodada de Concessão dos aeroportos, ocorrida em agosto de 2022, que notadamente incluiu o de Congonhas, em São Paulo/SP.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater, no âmbito desta Comissão, as perspectivas de sustentabilidade econômico-financeira da Infraero Aeroportos, bem como aspectos da 7ª rodada de Concessão dos aeroportos, ocorrida em agosto de 2022, que notadamente incluiu o de Congonhas, em São Paulo/SP.

Para debater o tema, sugiro a participação dos seguintes convidados:

- Secretário de Aeroportos - SAC, do Ministério de Portos e Aeroportos;
- Representante do Ministério da Fazenda – MF;
- Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;
- Sindicato Nacional dos Aeroportuários – SINA.

JUSTIFICAÇÃO

A 7ª rodada de concessões dos aeroportos da União resultou na transferência à iniciativa privada da operação de 15 aeroportos que até



LexEdit

* C D 2 3 0 3 0 5 2 3 7 1 0 0 *



então estavam sob gestão da Infraero, incluindo o de Congonhas, em São Paulo, o segundo com a maior movimentação de passageiros no país, e que acaba de ser eleito o melhor aeroporto do Brasil. Juntos, esses aeroportos representam 62% do faturamento da INFRAERO. A perda destes ativos, na prática, inviabiliza que as operações da empresa se sustentem com receitas obtidas junto ao setor privado e passem a requerer aportes do Tesouro. Isso, além de reduzir ou mesmo comprometer a capacidade de exercer seu papel social de contribuir ao desenvolvimento da aviação regional no país, possui claras implicações fiscais para a União.

Por outro lado, a forma em que as concessões ocorreram levantam dúvidas quanto à ocorrência de possíveis perdas de receitas no processo. Com efeito, há sérios indicativos de que as transferências foram feitas por valores abaixo do que seria o valor de mercado. Nesse sentido, enquanto a receita operacional dos aeroportos ofertados foi, em 2022, de R\$ 890,1 milhões, eles foram arrematados por apenas R\$ 2,7 bilhões para uma concessão de 30 anos. Ou seja, o valor da outorga geral representa apenas 3 anos de faturamento dos aeroportos. O aeroporto de Congonhas, avaliado em R\$ 8 bilhões, com faturamento de R\$ 620 milhões em 2022, foi concedido por apenas R\$2,4 bilhões. Os aeroportos de Belém e Macapá, que nos últimos cinco anos receberam investimentos de R\$ 335 milhões, foram concedidos por R\$ 125 milhões - menos da metade o investimento. Cada um dos leilões contou com apenas um participante; ou seja, um elemento central para preservar o interesse público na transferência de ativos do governo, a presença de concorrência, não se verificou. Ainda, os vencedores pretendem pagar parte das outorgas com precatórios, com frequência adquiridos a preços muito abaixo do valor nominal.

Além de dificultar ou inviabilizar o exercício de uma importante função social da empresa, de fazer com que ela passe a exigir recursos do Tesouro para custear suas operações remanescentes, e de provavelmente ter levado a perdas relevantes de patrimônio da União, a 7^a rodada de concessões de aeroportos deve causar danos aos funcionários da Infraero e aos moradores do entorno do aeroporto de Congonhas, dado que a concessão tem como premissa econômica a ampliação do número de voos em até 30%.



LexEdit



CAMARA DOS DEPUTADOS

De modo a analisar as perspectivas de sustentabilidade econômico-financeira da Infraero Aeroportos e a necessidade de aportes do Tesouro para seu funcionamento, bem como para esclarecer aspectos da 7^a rodada de Concessão dos aeroportos que possam ter levado a perdas financeiras para a União, propomos a realização de uma audiência no âmbito da CFT. Com esse objetivo, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Apresentação: 11/04/2023 10:22:21.417 - CFT

REQ n.21/2023

Sala das Reuniões, de abril de 2023.

Deputado Paulo Guedes

(PT / MG)

Presidente



* C D 2 3 0 3 0 5 2 3 7 1 0 0 *



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Paulo Guedes
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230305237100>